

ENTRE O OLHAR CIENTÍFICO E O PRECONCEITO DE GÊNERO: A VISÃO MISÓGINA DE FERREIRA PENNA SOBRE AS MULHERES MARAJOARAS NO SÉCULO XIX

BETWEEN THE SCIENTIFIC GAZE AND GENDER PREJUDICE: FERREIRA PENNA'S MISOGYNISTIC VIEW OF MARAJOARA WOMEN IN THE 19TH CENTURY

Patrícia Carvalho Cavalcante*
Universidade do Estado do Pará

RESUMO

Este artigo analisa a representação das mulheres marajoaras nas obras e registros do naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, destacando os elementos de misoginia e preconceito de gênero presentes em seu discurso científico no século XIX. A partir de uma leitura crítica e interseccional, o estudo busca compreender como o olhar científico e colonial do autor contribuiu para a construção de estereótipos sobre as populações amazônicas, especialmente sobre as mulheres, apresentadas como figuras moralmente inferiorizadas e destituídas de agência. O trabalho discute como o saber científico da época reproduziu estruturas patriarcais e raciais, legitimando hierarquias sociais sob o pretexto da neutralidade da ciência. A análise propõe uma reflexão decolonial sobre as relações entre gênero, ciência e poder, revelando como as narrativas científicas ajudaram a consolidar desigualdades históricas. Ao revisitar os escritos de Ferreira Penna sob essa perspectiva crítica, o estudo contribui para a valorização das memórias subalternas e para o reconhecimento das mulheres marajoaras como sujeitos históricos silenciados, cuja presença e experiências desafiam os paradigmas eurocêntricos da produção de conhecimento.

Palavras-chave: Misoginia; Mulheres Marajoaras; Gênero; Ciência; Colonialidade.

ABSTRACT

This article analyzes the representation of Marajó women in the works and records of naturalist Domingos Soares Ferreira Penna, highlighting the elements of misogyny and gender bias present in his 19th-century scientific discourse. Based on a critical and intersectional reading, the study seeks to understand how the author's scientific and colonial perspective contributed to the construction of stereotypes about Amazonian populations, especially women, who were presented as morally inferior and lacking agency. The work discusses how scientific knowledge of the time reproduced patriarchal and racial structures, legitimizing social hierarchies under the pretext of scientific neutrality. The analysis proposes a decolonial reflection on the relationships between gender, science, and power, revealing how scientific narratives helped to consolidate historical inequalities. By revisiting Ferreira Penna's writings from this critical perspective, the study contributes to the valorization of subaltern memories and the recognition of Marajó women as silenced historical subjects, whose presence and experiences challenge Eurocentric paradigms of knowledge production.

Keywords: Misogyny; Marajoara Women; Gender; Science; Coloniality.

* Doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Salvaterra, Pará, Brasil. E-mail: patricia.c.cavalcante@uepa.br.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3993-8302>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0235836074955922>.

1 INTRODUÇÃO

O século XIX representou um marco na consolidação dos discursos científicos que procuraram explicar e classificar o mundo social e natural sob a ótica da racionalidade moderna. Nesse contexto, a ciência adquiriu um papel de legitimadora das hierarquias de poder, contribuindo para a naturalização das diferenças entre os sexos e para a construção de um imaginário social que posicionava as mulheres em condição de inferioridade biológica, moral e intelectual. Tais discursos, amparados por concepções positivistas e eurocêntricas, exerceram influência decisiva sobre a formação de representações de gênero, especialmente nas regiões colonizadas, onde o saber científico se articulava a projetos de dominação política e cultural.

Na Amazônia oitocentista, as expedições científicas e os relatos produzidos por naturalistas e intelectuais tornaram-se instrumentos fundamentais na formulação de narrativas sobre a natureza e sobre os sujeitos que habitavam a região. Entre esses intelectuais, destaca-se Domingos Soares Ferreira Penna, cuja atuação científica e etnográfica no arquipélago do Marajó, entre as décadas de 1870 e 1890, contribuiu para a difusão de concepções que associavam o corpo e o comportamento das mulheres amazônicas a estereótipos de passividade, domesticidade e inferioridade moral. As representações formuladas por Ferreira Penna não apenas refletiram o pensamento científico de sua época, como colaborou na consolidação de uma visão patriarcal e colonial da sociedade marajoara.

Buscar compreender essas construções discursivas é fundamental para desvelar as raízes históricas das desigualdades de gênero na região amazônica, questionar a suposta neutralidade da ciência oitocentista e evidenciar sua cumplicidade com projetos de poder coloniais e patriarcais. A análise das narrativas científicas de Ferreira Penna permite ainda, propor uma leitura crítica da historiografia da Amazônia, ampliando o debate sobre a presença, as experiências e a agência das mulheres nos espaços sociais e culturais da região.

Dessa forma, este artigo objetiva analisar como os discursos científicos de Domingos Soares Ferreira Penna sobre o arquipélago do Marajó, no século XIX, construíram e legitimaram representações sobre o corpo e o lugar social das mulheres amazônicas. O estudo procurou por identificar e examinar as representações de gênero presentes em seus registros, contextualizá-las no quadro mais amplo do patriarcado moderno e dos projetos coloniais. Discutir ainda, as implicações dessas narrativas para a manutenção de estereótipos e desigualdades históricas.

A fundamentação teórica apoia-se na teoria do patriarcado de Gerda Lerner (2019), que permite compreender a historicidade da dominação masculina, bem como nas abordagens pós-colonial e decolonial, que problematizam a relação entre ciência, gênero e colonialidade. Articula-se, ainda, à história cultural da ciência, que analisa a produção de verdades sobre os corpos e comportamentos, e, aos estudos de gênero na Amazônia, que ressaltam as especificidades regionais das dinâmicas de poder.

A seleção das obras e referenciais teóricos que fundamentam este artigo obedeceu aos critérios de relevância histórica, pertinência temática e diálogo com o problema central do estudo, a construção discursiva sobre o corpo e o lugar social da mulher na Amazônia oitocentista. Optou-se por incluir autoras que discutem as relações entre gênero, ciência e colonialidade, com destaque para Wolff (1999), cuja reflexão contribui para compreender os modos pelos quais as representações femininas são produzidas e mantidas nos discursos históricos na Amazônia e o papel das mulheres nos espaços distantes dos centros do meio urbano amazônico.

A incorporação de autoras do campo dos estudos de gênero e da crítica pós-colonial permite situar a análise das narrativas de Domingos Soares Ferreira Penna em um debate mais amplo sobre as estruturas de poder que sustentaram a hierarquização social e simbólica das mulheres. Além disso, foram revisitados estudos e pesquisas sobre o arquipélago do Marajó que abordam a formação cultural e histórica da região, de modo a contextualizar as descrições e observações de Ferreira Penna e identificar como seus registros dialogam com uma tradição discursiva que articula ciência, território e dominação.

2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: ENTRE CAMPOS E FLORESTAS.

A pesquisa partiu de uma inquietação pessoal, consolidada na tese de doutorado, em debater aspectos importantes sobre a presença de mulheres nos seringais, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter histórico-documental, com ênfase na análise de fontes primárias e secundárias que abordam a economia gomífera, as dinâmicas populacionais e as representações sociais e de gênero no arquipélago do Marajó entre 1890 e 1920.

O estudo seguiu com interesse em compreender a presença e o papel das mulheres nos seringais paraenses, especialmente no Marajó, arquipélago que se destacou na primeira metade do século XIX, como um dos principais produtores de goma elástica da Amazônia. A investigação tem a premissa de que, o contexto econômico e social da borracha, produziu

transformações significativas na estrutura populacional e nas relações de poder regionais, configurando novos espaços de atuação e representação das mulheres amazônicas.

A documentação histórica é fundamental para prosseguir neste campo investigativo, tal como, foi gerada a economia da borracha no Marajó em um processo dinâmico de crescimento populacional e reorganização social e política, especialmente em Anajás, cuja relevância econômica o colocou em constante diálogo com Belém — principal centro exportador e articulador do comércio gomífero na Amazônia.

O recorte espacial concentra-se no arquipélago do Marajó, com ênfase no Marajó das Florestas, Breves, Anajás, maiores produtores de borracha no século XIX, durante o período compreendido entre 1870 e 1890, momento de intensa atividade científica e econômica marcada pelo auge da economia gomífera e pela consolidação de discursos que procuravam definir a identidade amazônica.

Na imagem 1, logo abaixo, é possível observar a divisão do arquipélago do Marajó por mesorregiões¹. Na legenda presente no mapa, é possível observar a chamada microrregião do Arari que possui como municípios: Chaves, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná. Estes municípios possuem uma vegetação de campo e uma economia voltada para a pecuária. Na microrregião de Portel e de Breves com os municípios de Melgaço, Gurupá, Bagre, Anajás e Afuá observa-se uma vegetação em que predominam as matas em que se desenvolveu principalmente uma economia voltada para o extrativismo.

No Marajó, dois municípios, Breves e Anajás, tiveram grande relevância no período áureo da produção da borracha. As fontes utilizadas na pesquisa foram bem diversas para ter acesso a um panorama no arquipélago. Nessa empreita, uma questão que precisa ser destacada é a logística das fontes e as várias dificuldades ao acesso às mesmas.

¹ A mesorregião do Marajó é uma das seis mesorregiões do Estado do Pará. É formada pela união de dezesseis municípios agrupados em três microrregiões. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 487.010 habitantes. A Microrregião de Furos de Breves é uma das microrregiões pertencente à Mesorregião do Marajó. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 204.114 habitantes e está dividida em cinco municípios (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista). Possui uma área total de 30.094,393 km².

Imagem 1- Divisão das regiões pela vegetação na mesorregião do Marajó



Fonte: Movimento Marajó Forte (s.d)

Segundo Ferreira Penna (1876/1971), em 1874, a população do Marajó dos campos totalizava 21.566, uma diferença de mais de 8.929 em relação ao número total apresentado no gráfico. A partir da segunda metade do século XIX, a divisão administrativa do grande arquipélago possuía três comarcas formadas por: Marajó, Cachoeira e Breves. Marajó possuía, cinco termos, oito municípios e doze paróquias.

Para tanto, foi adotado o método de cruzamento de fontes, com a construção de um banco de dados que sistematizou 3.815 registros de batismo, 2.017 registros de casamento e 738 registros de óbito referentes ao período de 1890 a 1920. Esses dados foram confrontados com os censos populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com outras fontes complementares, de modo a identificar oscilações demográficas, padrões de migração e transformações nas dinâmicas familiares e laborais.

Além das fontes demográficas, a pesquisa utilizou periódicos da época como, O Pará (1897-1900), A República (1886-1900) e Estado do Pará (1911-1921), os quais possibilitaram compreender a construção de discursos sociais e morais sobre o trabalho, o gênero e a vida cotidiana nos seringais marajoaras. A análise desses jornais permitiu reconstituir as trajetórias

dos sujeitos e sujeitas, seus modos, pelos quais as relações entre homens e mulheres foram narradas e reguladas no espaço público e científico.

Em vista disso, observou-se nas Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna (volume II), a reedição de 1971, quando analisada com uma lente maior e o tempo mais lento, as narrativas voltadas para as relações de gênero, evidencia uma valorização hierárquica patriarcal em detrimento à valorização da significância das mulheres na produção de conhecimentos.

Reafirma-se que a logística de acesso às fontes representou um desafio metodológico intensivo, considerando a dispersão e as condições de preservação dos acervos. Ainda assim, a diversidade documental foi fundamental para oferecer uma visão multifacetada da realidade marajoara. O cruzamento entre os registros oficiais, os dados de imprensa e as narrativas científicas, permitiu apreender o entrelaçamento entre economia, cultura e gênero na Amazônia oitocentista.

2.1 O cientista que mergulhou no cotidiano da Amazônia: Domingos Soares Ferreira Penna (1818 – 1888)

Nesse processo, o diálogo com a historiografia regional revelou-se imprescindível, sobretudo com as obras de Domingos Soares Ferreira Penna (1818–1888), natural de Marapanim e um dos primeiros cientistas brasileiros a dedicar-se sistematicamente ao estudo da Amazônia. Ferreira Penna destacou-se como naturalista, etnógrafo e arqueólogo, sendo responsável por importantes expedições científicas à região, incluindo sua célebre viagem à Ilha do Marajó, entre 1873 e 1875. Suas observações e registros, realizados em um contexto de expansão imperial e de consolidação das ciências naturais no Brasil. É inegável o que suas valiosas contribuições oferecem para compreender como o saber científico se articulou às práticas de poder e dominação no espaço amazônico.

Sua atuação como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), idealizador do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (atual Museu Paraense Emílio Goeldi), demonstra o papel central que desempenhou na consolidação de uma ciência voltada à Amazônia, ou Amazônias. Suas pesquisas sobre a cerâmica marajoara, os sambaquis e os vestígios arqueológicos, contribuíram para a valorização das culturas indígenas e para o reconhecimento da Amazônia como espaço de produção de conhecimentos. No entanto, a leitura crítica de seus escritos permite também identificar as contradições de uma ciência que,

ao mesmo tempo em que descrevia a riqueza cultural da região, reproduzia hierarquias sociais e de gênero, próprias do pensamento patriarcal e colonial da época.

Sua atuação se insere no contexto do século XIX, período em que o Império do Brasil buscava consolidar a ocupação e o conhecimento dos seus territórios mais distantes. Dotado de uma formação autodidata, mas profundamente atento às transformações científicas de seu tempo, Ferreira Penna representa uma figura-chave na consolidação do saber científico voltado à realidade amazônica.

A relevância de Ferreira Penna para os estudos sobre a Amazônia reside em sua capacidade de aliar diferentes campos do conhecimento – etnografia, arqueologia, zoologia, botânica e geologia – em suas observações e registros de campo. Seu nome está diretamente associado à fundação e organização do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (Museu Paraense Emílio Goeldi), em 1866. Nesse espaço, contribuiu com coletas, descrições e análises de espécies e artefatos, estruturando um acervo pioneiro sobre a região.

Sua atuação como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) permitiu-lhe divulgar os resultados de suas pesquisas em escala nacional, publicando artigos sobre as populações indígenas da Amazônia, as dinâmicas fluviais, os fenômenos geológicos e os sítios arqueológicos da região. Dentre suas contribuições mais notáveis está a observação e documentação de sambaquis, urnas funerárias e cerâmicas de origem pré-colonial, o que o coloca como um dos precursores da arqueologia amazônica.

Particular destaque merece sua expedição científica à Ilha do Marajó. Nessa viagem, Ferreira Penna realizou estudos sobre os vestígios materiais encontrados na região, revelando a existência de antigos assentamentos humanos com elevada complexidade cultural. Sua análise das cerâmicas marajoaras e dos sítios arqueológicos contraria a visão dominante do século XIX, que tratava a Amazônia como um espaço sem história, marcado por povos dispersos e sem organização social estruturada.

Ao observar, investigar e documentar a existência de culturas sofisticadas e de saberes ancestrais na região, Ferreira Penna contribuiu decisivamente para a valorização da história indígena e para o reconhecimento da Amazônia (Amazônias) como espaço de produção de conhecimentos.

A viagem ao Marajó, além de seus impactos científicos, possui também um sentido político e simbólico. Ao registrar a diversidade cultural e ecológica da região, o autor contribuiu com os esforços do Estado imperial em legitimar sua presença e seu domínio sobre os territórios amazônicos. No entanto, sua abordagem científica frequentemente se distanciou da mera lógica

colonialista, priorizando a observação empírica, a valorização dos saberes locais, ancestrais e o rigor analítico.

Em síntese, Ferreira Penna ocupa lugar de destaque na história da ciência brasileira, particularmente na construção de um pensamento voltado à compreensão da Amazônia (Amazônias) por meio de lentes críticas, empíricas e interdisciplinares. Sua contribuição para o estudo da Ilha do Marajó permanece como um marco para a arqueologia e a história indígenas na região, reafirmando a importância de pensar a Amazônia a partir de sua própria complexidade social, ambiental e cultural.

3 O PATRIARCADO COMO SISTEMA HISTÓRICO DE DOMINAÇÃO

Segundo Lerner (2019), o patriarcado é um sistema histórico de dominação masculina institucionalizada, construído socialmente ao longo do tempo e não uma condição "natural" ou biológica das relações humanas. “O patriarcado é a manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre as mulheres e crianças da família, e a extensão do domínio masculino sobre as mulheres na sociedade em geral.” (Lerner, 2019, p. 239).

Lerner argumenta que o patriarcado não surgiu de forma repentina, mas foi se consolidando gradualmente, a partir da antiguidade, especialmente com o surgimento do Estado, da propriedade privada e da organização das sociedades hierárquicas. Segundo a autora, o controle da sexualidade feminina e da maternidade foi essencial para os homens estabelecerem poder, o que transformou as mulheres em bens reprodutivos dentro das estruturas familiares e sociais. Esse processo foi reforçado por mitologias, religiões e leis, que legitimaram a subordinação feminina como parte da ordem social.

Compreender os discursos que moldam os corpos e o lugar social da mulher é, antes de tudo, um exercício histórico e crítico. O corpo feminino, ao longo do tempo, foi transformado em um campo de disputa simbólica, moral, política e econômica. Desde os sistemas religiosos até as ciências ditas, modernas, o corpo da mulher foi interpretado, vigiado, normatizado e, muitas vezes, silenciado.

Situar historicamente esses discursos, permite revelar que o lugar da mulher na sociedade não é natural ou fixo, mas produto de relações de poder e de construções culturais. A mulher foi historicamente situada em espaços de subordinação, muitas vezes definidos por papéis domésticos, pela maternidade compulsória ou pelo controle da sexualidade.

Problematizar esses espaços é fundamental para questionar as desigualdades ainda presentes nas estruturas sociais. É por meio desse debate que se torna possível desnaturalizar a opressão, reconhecer os múltiplos feminismos e construir práticas sociais e educativas mais justas, inclusivas e emancipadoras. Assim, compreender os discursos sobre os corpos é também compreender como o poder opera sobre eles e, a partir disso, criar alternativas que valorizem a autonomia, a diversidade e a dignidade das mulheres.

3.1 Marajós, paisagem social e histórias de um arquipélago

A partir dessa perspectiva de analisar as narrativas criadas e cristalizadas historicamente sobre os papéis femininos, partimos para o contexto amazônico no século XIX. Na Amazônia no século XIX, no centro da discussão científica, destacou-se o intelectual Domingos Soares Ferreira Penna, que segundo Duarte (2010), assumiu o posto de naturalista viajante do Museu Nacional, realizou várias expedições pelos interiores da Amazônia, destacando-se na expedição, a região do Marajó entre 1873 e 1875. Assim, a importância desse pesquisador à frente de instituições e do governo da Província do Pará, é importantíssima para conhecer as comunidades, bem como a geografia, além de destacar-se nos estudos de arqueologia na Amazônia, em especial o arquipélago marajoara. O período em que se realiza a viagem de Ferreira Penna foi no final do século XIX, também conhecido como período áureo da economia gomífera na Amazônia, momento em que o Marajó se destaca como um dos maiores produtores do látex – conhecido como o ouro branco.

Nesse sentido, o arquipélago do Marajó possui grande relevância na história da região amazônica, destacando-se especialmente pela produção da borracha até o ano de 1910, com maior expressão nos municípios de Breves, Anajás, Afuá e Melgaço. No que se refere ao processo de ocupação do território marajoara, é importante ressaltar suas particularidades geográficas e ambientais, caracterizadas por planícies, campos e matas, que proporcionaram, ao longo do tempo, a vivência e o aproveitamento de suas potencialidades tanto pelos povos nativos quanto pelos colonizadores, contribuindo para a consolidação do projeto de dominação portuguesa.

Na porção nordeste, prevalecem predominantemente grandes campos alagadiços, com eles, a cultura da criação de gado. Contudo, mais ao sul e ao sudeste, o grande arquipélago é cercado por áreas com densas florestas, voltada para produção extrativista como as drogas do sertão e da extração da borracha.

Ferreira Penna (1973), ao descrever as localidades marajoaras, de maneira geral, destaca a presença em algumas localidades de uma praça; em torno de duas ruas. Destacando-se Muaná, que possuía quatro ruas; as populações das sedes variavam entre 200 e 300 pessoas, à exceção de Monsarás, que possuía 2.096 pessoas, e Salvaterra, com 497 em toda freguesia no século XIX. Dos municípios que possuíam câmara, destacam-se Chaves e Muaná, todas possuíam escolas primárias e igrejas, à exceção de Chaves que não possuía igreja. Sobre a produção dessas localidades, o autor destaca no século XIX a produção da borracha e o incremento do comércio em áreas como Afuá e Anajás, que surgiram em função da produção gomífera.

O autor enfatiza o número grande de casas comerciais nestas áreas e o intenso comércio; mas a produção no arquipélago continuava diversificada com a pesca, farinha e muitas fazendas de gado. Em Monsarás, ocorria a criação de gado; pesca em Salvaterra; olarias de telha e tijolos em Curralinho; Muaná destacava-se no cultivo do cacau, mas a exportação principal era de borracha. Ferreira Penna expõe Cachoeira como o município mais importante da ilha, apontado como o maior criador de gado vacum e uma riquíssima pastagem. Esse panorama é emblemático para compreender a paisagem do Marajó, população e produção no século XIX.

As relações socioeconômicas no Marajó, segundo Soares (2010) e Ferrão (2016), eram articuladas ao compadrio, baseada na fidelidade e na obediência, que, por sua vez, garantiam a manutenção de uma hierarquia e domínio dos fazendeiros em relação aos vaqueiros, tipo que caracteriza a população local da região dos campos marajoaras.

Segundo Nunes Pereira (1956), negros e indígenas se dedicaram a atividade de vaqueiro, vivendo próximo à casa dos senhores e donos de grandes propriedades, habitando em casas simples de barro e palha (pau à pique). Outro tipo característico do grande arquipélago, segundo Lisboa, é o pescador, sujeito que consegue dominar os mistérios da dinâmica das águas, além de um meio de sobrevivência, uma fonte de alimentação para o homem marajoara. Assim como o vaqueiro, o pescador também passa para os filhos e filhas, de geração em geração, a profissão. O seringueiro é outro tipo que caracteriza o arquipélago na porção oeste, o Marajó das Matas. A zona da mata é o local de habitação do seringueiro que vive em condições péssimas de vida e no aspecto físico difere do vaqueiro, que é um tipo regional marajoara. O seringueiro é fruto de um grande processo migratório para região. Até meados da segunda metade do século XIX, os caboclos eram os principais seringueiros, vivendo da pesca e de pequenas roças.

Bárbara Weinstein (1993) também corrobora com o conceito de seringal caboclo de Pacheco, mostrando a realidade dos seringais no Marajó, que, segundo a autora, foi caracterizada pela presença de famílias simples que possuíam áreas com poucas estradas de

seringueiras. No entanto, nos últimos anos de expansão da produção da borracha, no final do século XIX, passou a predominar os grandes domínios de seringalistas em Breves, Anajás e Melgaço.

Tendo como foco de sua análise o período de auge da economia gomífera, conhecido como Belle Époque. Como espaço de pesquisa a cidade de Belém, Nazaré Sarges (2010) chama atenção para alguns aspectos vivenciados pela cidade de 1870 a 1912, o incremento da produção gomífera e, com ela, a propagação de uma nova moral e estrutura urbana. A cidade passa a ser o cenário de controle das classes abastadas sobre as populares. O setor produtivo de Belém vivencia um momento de crescimento, surgindo novas fábricas. Seringalistas, comerciantes e financistas são agraciados com melhoramentos em setores urbanísticos da cidade, um sistema eficiente para o escoamento da produção gomífera com a navegação a vapor.

Na esteira de Ferreira Penna, na economia do Marajó das florestas predominava a extração da seringueira, que movimentava a vida das povoações. Nessa dinâmica da economia local, vapores subiam o rio cotidianamente, abastecendo as áreas de seringais e escoando a produção para as casas aviadoras em Belém.

Apesar da pouca relevância dada ao debate que possui como tema a presença da mulher nos seringais no Pará, Ferreira Penna e Charles Wagley (1988) observam a presença feminina nos seringais do Marajó. No entanto, as tarefas executadas por estas, dentro dos seringais, segundo os autores, eram relegadas aos serviços domésticos, agricultura e criação de animais. Nas áreas distritais de Anajás, a presença feminina é significativa; em 1920, a população masculina era de 6.194, para uma população feminina de 5.592.

Ferreira Penna, ao falar de aspectos da vida social nos seringais do Marajó, se escandaliza diante da vida “desregrada” do seringueiro, as relações de sociabilidade, as festas e a participação de forasteiros que compartilham eventualmente dessas atividades festivas, aproveitando o vai e vem constante de comerciantes e trabalhadores, que percorrem a área em barcos, vivência desregrada moralmente segundo o autor:

Durante o tempo de serviço, os seringueiros vizinhos procuram sua barraca e juntos aí, de noite, tocam, dançam [...]. As filhas que tomam parte ativa e dão alma a folia são seduzidas por estes convivas e entregam-se a desonra. [...] O regatão retira-se satisfeito do bom acolhimento que encontrou, principalmente da parte das filhas a quem, em troca da desonra em que as deixa, obsequiou com cortes de vestidos, cujo valor, porém meteu depois em conta ao pai (Ferreira Penna, 1973, p. 140-141).

Retratando a dinâmica social dentro dos seringais marajoaras, Ferreira Penna fala da mudança do seringueiro e da família para as áreas rurais – esposa ou amasia, filhos e filhas. O

autor destaca as festas nos seringais em que estes incorrem em bebedeiras e danças; as filhas dos seringueiros entregando-se à desonra. Destaca a imagem do mascate ou regatão, fundamental para abastecer o seringal. Tendo a borracha como moeda, o seringueiro sempre reclama do preço pago pela seringueira.

Segundo o autor, os regatões acabavam se envolvendo amorosamente com as moças dos seringais, desonrando-as e deixando-as grávidas. Quando não fugiam com vizinhos e depois voltavam grávidas, arrependidas da aventura amorosa frustrada que lhes rendia pequenos frutos: os filhos naturais.

Nas pesquisas realizadas por Ferreira Penna, observa-se o olhar do autor, fruto da elite intelectual que compactuava do ideário de que a produção gomífera, era símbolo de atraso econômico e, com ele, o modelo de civilização tão perseguido pelas elites, ficava mais distante, trazendo consigo o atraso e a imoralidade de comportamentos de homens e mulheres. Sobre a presença de mulheres nos seringais e sobre suas relações, Pantoja, ao analisar a trajetória de duas mulheres dos seringais do Acre, traz alguns indícios interessantes para pensar a presença de mulheres nos seringais do Anajás.

Para Pantoja (2001), no período de abertura do seringal no alto Juruá, no Acre, havia uma defasagem entre o número de homens e mulheres. No entanto, diante da primeira crise da economia gomífera, a partir de 1912, as mulheres passam a ganhar importância no grupo doméstico. Para sobreviver nos seringais em crise, os seringueiros são obrigados a se dedicar às mais variadas atividades e ainda garantir a produção da goma elástica, diante da impossibilidade de exercer tantas funções, mulheres, adolescentes e crianças começam a adentrar nos seringais.

Frequentemente, vários membros da família têm que trabalhar na extração da borracha a fim de prover as suas necessidades básicas. Em um desses o chefe da família e seu filho de vinte anos trabalhavam em quatro estradas de borracha, enquanto sua mulher e uma filha de dezoito anos se encarregavam do trabalho de defumação do látex (Wagley, 1988, pp. 104).

A autora fala, ao longo da tese, sobre a trajetória da família Milton nos seringais do Acre. Traz à luz, a trajetória das mulheres que deram origem à primeira geração dos *Milton* – é sobre a trajetória de Dona Regina e de Dona Raimunda, a partir de 1911 até os anos de 1940. Dona Regina foi capturada em correria, no rio Envira e levada ao seringal; sendo entregue ao seu captor em 1913, com 13 anos, passando a viver maritalmente com Raimundo, com quem viveu dois anos deu à luz a duas crianças, com apenas 15 anos de idade. Segundo a autora,

Regina teve 13 filhos dos quais apenas um chega na fase adulta. Aos 15 anos casa-se pela segunda vez com o *Piauizeiro* Modesto, no seringal Fortaleza, com quem teve dois filhos. União que durou pouco, fruto da *maldade* de Modesto, passando então a viver em casa de parentes. Em 1917, uniu-se ao pernambucano Luiz Alves com quem teve um filho, passando a morar no seringal Revisão; porém, aos 22 anos, estava viúva, estabelecendo pouco depois relação marital com o seringueiro Joaquim Machado, com quem teve uma filha em 1929.

Manoel Bandeira foi o primeiro marido de Raimunda, com quem ficou casada por três anos e teve duas filhas, insatisfeita com os ciúmes deste e depois de várias ameaças, Raimunda voltou para casa de parentes e abandonou o marido. Pedro Lourenço da Silva é seu segundo marido, viveram cinco anos no seringal Bonfim, com quem teve três filhos, aos 33 anos, Pedro morreu de pneumonia, em 1938, Raimunda passa a viver com o cearense seringueiro Miguel Pinto. Em 1941 se separam. O motivo é que ele era bom marido, mas não tão bom com os filhos que ela já tinha. O caminho estava livre para viver com o viúvo Raimundo Meruoca, com quem teve seis filhos.

A análise dessas duas trajetórias revela uma série de questões, sobre as relações entre homens e mulheres nos seringais. Inicialmente Pantoja (2001) chama atenção para a questão da necessidade da convivência dessa mulher com um provedor, questão que também é observada por Wolff (1999), ao expor dados sobre a diferença entre a população de homens e mulheres no alto Juruá, revela que predominavam os homens com 74% da população total para 25,5% de mulheres, sendo a presença de mulheres rara e disputada como objeto de luxo pelos homens, fato que explica o rapto constante de indígenas apresentado por Pantoja através da análise da trajetória de Regina e Raimunda.

Entre as fontes analisadas por Wolff (1999), muitos processos de crimes revelam denúncias de sequestro de mulheres comprometidas, que deviam ser protegidas por seus maridos. Essas mulheres, segundo a autora, corriam sérios riscos de serem retiradas de dentro de suas casas e sequestradas ou trocadas por borracha, mas revelam as autoras que apesar da condição, essas mulheres não eram vítimas: barganhavam e decidiam se viveriam ou não com os pretendentes; além de decidirem quando abandoná-los. Vimos também que a viuvez era um dos motivos que levava as mulheres a casarem várias vezes. Assim, raros eram os casos em que mulheres vinham para esses seringais, pelo fato de que os patrões preferiam a presença de homens sozinhos, ao invés da família nos seringais, pois obrigava-os ao cultivo de roças, fato que tirava o foco do trabalho dos seringueiros e não mais o obrigava a ficar refém do barracão do patrão, diminuindo o lucro deste.

Para pensar tais questões ligadas à presença efetiva de um número significativo de filhos naturais² é necessário pensar a condição da mulher nas áreas de seringais. Neste sentido, tal questão precisa ser tratada com cuidado, para não vitimizar as mulheres que viviam nos seringais. Muitas dessas mulheres acabavam abandonando seus companheiros diante de uma série de situações ligadas à violência, viuvez ou fim de relacionamentos abusivos.

Neste sentido, Marina Franco aponta estas situações ao reconstruir a trajetória de Maria Regina da Silva; que chega no seringal do alto Juruá no Acre aos treze anos de idade, sendo entregue a seu Raimundo, que se tornou seu primeiro marido, tendo engravidado treze vezes, nasceram dois filhos e apenas uma chegou à idade adulta. Em 1915 vai viver maritalmente com outro nordestino, do Piauí, no seringal Fortaleza. Assim como Maria, outras tantas que cruzam a trajetória dos *Milton* no seringal são apresentadas por Franco e suas relações que, duradouras ou não, como esposas ou amasias, carregavam ao final, uma vasta prole resultado dessas uniões.

3.2. O olhar misógino sobre as mulheres marajoaras

No relato de Ferreira Penna sobre a vivência de comunidades no Marajó, evidencia-se um olhar marcadamente misógino e colonial, especialmente na descrição da presença feminina em festas e nas relações com os forasteiros. As jovens marajoaras são retratadas como figuras passivas, reduzidas à condição de *filhas que se entregam à desonra*, expressão traduzida por uma moral patriarcal que associa o valor da mulher à sua virgindade e submissão.

A narrativa omite a responsabilidade dos homens, como os seringueiros e o regatão e naturaliza a assimetria de poder nas relações afetivo-sexuais, transformando-as em transações econômicas, como exemplo, são os cortes de vestido oferecidos às jovens, posteriormente cobrados ao pai. Tal construção discursiva não apenas desumaniza as mulheres, privando-as de voz e agência, como também reitera um padrão de dominação masculina que, é enfatizado por Rita Laura Segato (2012), escreve a violência nos corpos femininos como expressão de poder.

Além disso, o texto de Penna opera sob a lógica da colonialidade do saber, hierarquizando culturas e modos de vida locais a partir de um ponto de vista externo, letrado e branco, subalternizando os sujeitos marajoaras, especialmente as mulheres, enquanto objetos de curiosidade e julgamento moral. A análise crítica desse tipo de narrativa permite evidenciar como a ciência e a literatura do século XIX, participaram da construção simbólica da

² Filhos fruto de uniões sem o sacramento do casamento, casais que viviam em concubinato, ou fruto de uniões proibidas.

inferiorização de gênero e raça, legitimando práticas de exploração e exclusão sob o manto da neutralidade e do progresso.

As narrativas de Ferreira Penna, produzidas no século XIX, são marcadas por uma perspectiva colonial, patriarcal e moralista que posiciona as mulheres marajoaras como sujeitos passivos, desprovidos de voz, e cuja sexualidade é vista como instrumento de desonra familiar. As jovens são descritas como corpos disponíveis à sedução e à exploração sexual por homens forasteiros — seringueiros e regatões —, num contexto em que a prática cultural local é interpretada como espaço de *degeneração* moral. A linguagem empregada por Penna, carregada de juízo de valor, reitera a inferiorização simbólica das mulheres da Amazônia, especialmente as racializadas e pertencentes às camadas populares. Transforma relações sociais complexas em narrativas de culpa e comércio.

3.3. Gênero, ciência e colonialidade do saber: corpos, discursos e poder

A constituição da ciência dita moderna, especialmente a partir do século XVII, estabeleceu um modelo de conhecimento baseado na razão, na objetividade e na universalidade. No entanto, esse projeto científico eurocentrado não apenas silenciou outras formas de saber indígenas, africanos, populares, como também participou ativamente da construção e manutenção de uma hierarquia social que colocou o homem branco europeu como sujeito universal do saber, relegando mulheres e povos racializados à condição de objetos de estudo. A colonialidade do saber, conceito desenvolvido por autores decoloniais latino-americanos, denuncia essa permanência de estruturas coloniais na produção e validação do conhecimento, mesmo após a independência formal dos países colonizados.

Nesse contexto, o pensamento científico moderno foi instrumentalizado para reforçar desigualdades de gênero e raça. A exclusão de mulheres, de pessoas negras e indígenas dos espaços institucionais da ciência não foi apenas social, mas epistêmica. Como destaca Sueli Carneiro (2005), o racismo estrutural brasileiro opera como uma lógica de apagamento das vozes negras, o que se estende ao campo da produção de conhecimento. A ciência, ao se propor neutra e universal, naturalizou desigualdades e legitimou hierarquias como se fossem evidências empíricas ou verdades inquestionáveis.

Silvia Federici (2017), ao analisar o processo de consolidação do capitalismo, demonstra como a caça às bruxas foi uma estratégia para eliminar saberes femininos autônomos, especialmente relacionados à saúde e ao cuidado. A autora argumenta que o corpo feminino foi

central na reconfiguração da sociedade capitalista e que o controle sobre a reprodução e o trabalho das mulheres esteve no cerne do projeto moderno. A ciência, nesse contexto, funcionou como instrumento para disciplinar corpos e subjetividades.

Segato (2012) contribui com a compreensão da violência de gênero como uma tecnologia de poder que atua nos corpos das mulheres para afirmar a dominação masculina e colonial. Ela denuncia, de certa forma, como os discursos e práticas científicas também colaboraram para consolidar narrativas que desumanizam corpos femininos, especialmente os racializados, ao atribuí-los lugares de inferioridade ou exotização.

A crítica de Lélia Gonzalez (1984) à epistemologia eurocêntrica do feminismo e das ciências sociais é igualmente fundamental. Ao propor o conceito de *amefricanidade*, Gonzalez reconecta as experiências das mulheres negras latino-americanas à matriz africana, indígena e popular, desestabilizando a ideia de um sujeito universal do conhecimento. Sua obra propõe uma epistemologia situada e insurgente, capaz de reconhecer as experiências subalternizadas como fontes legítimas de saber.

A crítica decolonial à história das ciências, é indispensável para repensar as bases da produção de conhecimento. Trata-se de questionar não apenas quem tem acesso à ciência, mas como o saber é constituído, validado e disseminado. Ao incorporar perspectivas feministas, negras e latino-americanas, amplia-se o horizonte epistemológico, permitindo o reconhecimento de outras racionalidades, de saberes comunitários, corporificados e interconectados com o meio.

Refletir sobre ciência, gênero e colonialidade é também assumir um compromisso político com a democratização do conhecimento. A partir das contribuições de mulheres como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Rita Segato, Marina Pantoja e Silvia Federici, torna-se possível vislumbrar uma ciência mais plural, crítica e transformadora, comprometida com a justiça cognitiva e social.

4 CONSIDERAÇÕES

A análise crítica dos escritos de Ferreira Penna sobre as comunidades do arquipélago do Marajó revela não apenas a relevância científica de suas observações, mas também as marcas profundas do olhar patriarcal, colonial e misógino que permeavam as narrativas científicas do século XIX. Sua abordagem, ao representar as mulheres marajoaras de forma subalterna,

moralizante e desumanizante, contribuiu para a construção de uma memória histórica que silencia as vozes femininas e legitima desigualdades de gênero e raça.

Ao tensionar os limites entre ciência e preconceito, este artigo evidencia que o discurso científico não é neutro, mas historicamente situado, refletindo os valores, as hierarquias e os interesses de seu tempo. As contribuições de autoras dialogadas por todo o texto, permitem desvelar as camadas de opressão epistêmica e simbólica que atuaram e ainda atuam na produção de conhecimento sobre as mulheres, especialmente aquelas situadas nas margens da sociedade.

Entre os desdobramentos possíveis deste estudo, destacam-se a ampliação das investigações sobre a presença feminina nos seringais e nas comunidades ribeirinhas do Marajó, bem como o aprofundamento das análises acerca da circulação de ideias científicas entre o centro e a periferia do Império Brasileiro. Pesquisas futuras podem também explorar a dimensão interseccional dessas relações, considerando como raça, classe e território se articulam na produção de desigualdades e na construção das identidades de gênero na Amazônia.

Em síntese, esta pesquisa reafirma a relevância de se problematizar a ciência como prática histórica e política, capaz tanto de reproduzir estruturas de poder quanto de oferecer possibilidades de resistência e reinterpretação. Ao revisitar as narrativas científicas do século XIX sob uma ótica crítica, o trabalho contribui para a construção de uma historiografia mais inclusiva, que reconhece as mulheres amazônicas como sujeitas da história e produtoras de saberes, não somente como objetos de observação. Tal perspectiva é essencial para compreender o passado e, ao mesmo tempo, inspirar práticas contemporâneas de pesquisa, ensino e memória mais plurais, emancipadoras e comprometidas com a justiça social.

Portanto, ao revisitar essas fontes históricas com um olhar crítico, comprometido com a justiça cognitiva e a pluralidade de saberes, torna-se possível reconstruir narrativas mais justas e emancipadoras. O reconhecimento das experiências das mulheres marajoaras e das violências simbólicas que sofreram é também um gesto político de valorização das memórias subalternas e de enfrentamento à colonialidade do saber, ainda presente nas estruturas contemporâneas de produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DUARTE, Dércio P. **As bases para o espírito:** Ferreira Penna, ciência e educação na Província do Grão-Pará (1866-1891). Belém, 2010.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRÃO, Euzalina da S. **Vaqueiros, compadres, criadores de gado e transformações nos campos do Marajó:** relações sociais em mudança. 2016. 236 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1984. p. 223–242.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Trad: Luiza Sallera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MOVIMENTO MARAJÓ FORTE, **Mesorregião do Marajó.** [s.d]. Disponível em: <<https://movimentomarajoforte.blogspot.com/p/mesorregiao-do-marajo.html>>.

PANTOJA FRANCO, Mariana P. **Os Milton:** Cem anos de história familiar nos seringais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas, Unicamp, 2001.

PEREIRA, Manoel N. **A ilha de Marajó.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

PENNA, Domingos S. F. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna.** vol. 2. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

SARGES, Maria de N. **Belém, riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912).** Belém: Paka-Tatu, 2010.

SEGATO, Rita L. **Gênero e colonialidade:** em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES, 18, 2012: 106-131.

SOARES, Eliane C. L. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (século XVIII e XIX).** Tese de doutorado apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica:** estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-USP, 1988.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia:** Expansão e decadência (1850- 1920). São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

WOLFF, Cristina. **Mulheres da Floresta:** uma história. Alto Juruá, AC, 1890-1945. São Paulo: Hucitec, 1999.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados dos resultados da pesquisa constam no corpo deste artigo.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto ([Open Access](#)) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da [Crossref](#).



PUBLISHER

Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



HISTÓRICO

Submetido: 01 de julho de 2025.

Aprovado: 23 de março de 2026.

Publicado: 25 de março de 2026.